

A Crise da Pandemia do Coronavírus e Implicações no Funcionamento do Ensino Superior em Moçambique: uma Revisão Bibliográfica

Pedro José Zualo¹

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG

Benedito Jaime Monjane²

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG

Domício Moisés Guambe³

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG

Albino Alves Simione⁴

Instituto Superior Politécnico de Gaza, ISPG e Universidade Save, UniSave

Resumo

Este artigo visou entender as mudanças sucedidas nas práticas e rotinas institucionais no ensino superior face à crise da Covid-19, ressaltando os desafios do funcionamento do setor na conjuntura de pandemia em Moçambique. O cenário de propagação rápida e declaração do novo coronavírus como pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde fez com que o governo decretasse o Estado de Emergência em 2020, com sucessivas prorrogações, e seguido da declaração de Situação de Calamidade Pública em 2021. Isso impôs a adequação e adaptação das atividades de ensino-aprendizagem à nova realidade sanitária. É um trabalho que se classifica como de abordagem qualitativa e tipologia descritiva e exploratória, amparado essencialmente numa revisão bibliográfica e documental. Os resultados indicam implicações diretas e profundas modificações no processo e dinâmica de lecionação por conta das medidas emergenciais e suspensão de aulas presenciais que impuseram a adoção repentina de tecnologias e plataformas digitais no ensino superior.

Palavras-chave: Pandemia; Crise sanitária; Mudanças; Aprendizagem; Ensino superior.

¹Mestre em Ciências de Educação pela Universidade São Tomás de Moçambique, USTM. Email: pedrozualo00@gmail.com

²Mestrando em Administração Pública pela Universidade do Minho, UMINHO. Email: bmonjane@gmail.com

³Mestrando em Bilinguismo e Educação Bilingue pela Universidade Eduardo Mondlane, UEM. Email: domguambe@gmail.com

⁴Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Email: simialves@gmail.com

The Coronavirus Pandemic Crisis and Implications for the Higher Education Performance in Mozambican: a Literature Review

Abstract

This paper aimed to understand the changes that occurred in institutional practices and routines in higher education in the face of the Covid-19 crisis, highlighting the challenges of the sector's functioning in the context of the pandemic in Mozambique. The scenario of rapid spread and declaration of the new coronavirus as a global pandemic by the World Health Organization made the government to declare a State of Emergency in 2020, with successive extensions, and followed by the declaration of Public Calamity Situation in 2021. This imposed the adequacy and adaptation of teaching-learning activities to the new health reality. It is a work that is classified as a qualitative approach and descriptive and exploratory typology, essentially supported by a bibliographical and documentary review. The results show direct implications and profound changes in the teaching process and dynamics due to emergency measures and suspension of in-person classes that imposed the sudden adoption of digital technologies and platforms in higher education.

Keywords: Pandemic; Sanitary crisis; Changes; Learning; Higher education.

1. Introdução

Nos finais do ano de 2019 foi anunciada a existência de um surto de coronavírus cuja propagação evoluiu rapidamente pelo mundo inteiro, forçando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar em 30 de janeiro de 2020, uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional. A ocorrência de acelerada disseminação pelos vários países do mundo levou a declaração da Covid-19 em 11 de março, como uma pandemia.

O coronavírus é uma doença que resulta em uma síndrome que em seu estado mais avançado, causa insuficiência respiratória grave nos pacientes e tem um potencial elevado de transmissão e contaminação das pessoas (FERREIRA, BRANCHI e SUGAHARA, 2020). Em decorrência da sua rápida propagação observou-se o princípio do surgimento de uma crise sanitária de ordem mundial sem precedentes. Isso fez com que a OMS e vários governos nacionais tomassem medidas e adotassem iniciativas e recomendações diversas para conter a velocidade de sua disseminação ao nível internacional assim como ao nível interno dos países.

Diante dessa conjuntura, várias projeções internacionais indicaram que as medidas de controle deveriam ser aplicadas por períodos longos, pois, o vírus

permaneceria ativo por longo período e não dois a três meses como inicialmente se previa (GUSSO *et al.*, 2020). Outros há que apontaram que um retorno completo à normalidade estaria dependente de imunização da população em grande escala ou descoberta de um tratamento eficaz para a doença (NEGRI e KOELLER., 2020).

Em meio a essas incertezas, a doença vai produzindo efeitos sociais, econômicos, políticos importantes sobre todos os setores da vida em todo o mundo. Entender tais efeitos, especialmente na área de ensino superior se revela importante, uma vez que a introdução de medidas como o isolamento social tem representado, desde então, o enfrentamento de problemas que envolvem, sobretudo mudanças na forma e processos de lecionação que deixou de ser majoritariamente presencial, passando ser realizada de forma não presencial e com recurso a meios digitais de ensino. As mudanças geraram dificuldades na constituição e utilização de novos processos de ensino-aprendizagem nos diferentes países do mundo inteiro, notadamente, nos países africanos que possuem estruturas administrativas e organizativas recentemente constituídas e muitas delas ainda em consolidação.

Além disso, nesses países grande parte da população enfrenta obstáculos para aceder aos serviços de que necessita, e os estudantes têm um acesso limitado às chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC), o que interfere sobremaneira no uso das novas tecnologias e plataformas digitais de ensino. Isso amplia as dificuldades e os constrangimentos para a realização de transformações e adaptações de forma célere diante da conjuntura de pandemia.

Moçambique não tem sido uma exceção no contexto de enfrentamento dessa nova conjuntura mundial de calamidade pública. O primeiro caso foi detetado em 22 de março de 2020, no dia 18 de setembro o número de infecções atingiu cerca de 6.000 casos e em 06 de novembro, dois meses depois, o número dobrou, alcançando os 13.485 casos positivos. A evolução de contaminações cresceu rapidamente e em 20 de janeiro de 2021 já havia 29.396 pessoas infetadas, uma tendência de crescimento exponencial que se manteve até 27 de julho, momento em que o número de pessoas contaminadas alcançou os 122.028 casos confirmados registrados e pouco mais de 1.434 mortes (MISAU, 2021).

Inicialmente foi decretado pelo governo um Estado de Emergência emanado pelo Decreto nº 11/2020, de 30 de março, que conheceu sucessivas prorrogações e foi seguido de declaração de Situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho, em vigor desde 4 de fevereiro de 2021. Essa realidade impôs uma nova ordem na saúde pública assim como nas práticas e rotinas de funcionamento do Estado e de seus entes. Ela produziu impactos significativos na vida das pessoas e organizações públicas e privadas, dado as alterações que ambas situações vieram promover.

Com isso, como referem Ferreira, Branchi e Sugahara (2020, p. 20) na tentativa de frear o ritmo de contaminações e preservar a segurança das suas comunidades e aderir às orientações de saúde pública, mostrou-se pertinente a incorporação rápida de metodologias de ensino e aprendizagem *online* e trabalhos remotos.

No ensino superior destacam-se a suspensão de aulas presenciais e encerramento de todas as instituições públicas e privadas que atuam no setor com vista a permitir o distanciamento social. Sobre essa medida, o entendimento que se tem é de que a

suspensão de aulas presenciais possibilitaria o isolamento e distanciamento social dos estudantes e dos docentes.

Desde o primeiro Estado de Emergência que determinou a suspensão de aulas presenciais, o ensino superior se confronta com o desafio que obriga os diferentes atores desse subsistema de ensino a encontrarem alternativas capazes de assegurar a necessária migração do regime de lecionação em sala de aula para a oferta de aulas em plataformas digitais de ensino. O desafio se tornou ainda mais complexo de ser enfrentado, na medida em que a efetivação de um novo paradigma de oferta de aulas nas Instituições de Ensino Superior (IES) significou a alteração não só de práticas e rotinas, mas também na forma de relacionamento entre as diferentes coordenações/direções de cursos com os seus estudantes, sobretudo em razão das contrapartidas (oferta de aulas *versus* pagamento de mensalidades).

Somado a isso, esse novo relacionamento veio colocar o setor em crise uma vez que se notou um despreparo dos atores quanto a utilização das chamadas plataformas digitais como meio alternativo para garantir a continuidade da oferta das aulas. Como argumentam Castoni, Melo, Nascimento e Ramos (2021), diferentemente do que teria acontecido nos países ocidentais, onde muitas IES migraram do modelo de ensino presencial para o de ensino remoto volvidas poucas semanas da eclosão da doença, noutros contextos como o nacional, as instituições de ensino demonstraram limitações importantes para a realização da transposição do ensino presencial para o baseado nos meios digitais.

O espectro de crise no ensino superior no país se agravou quando nos meses iniciais do Estado de emergência e de implementação do regime de ensino e estudo remoto, observou-se uma queda acentuada na qualidade da oferta dos conteúdos nos cursos, assim como, no seu aprendizado. Por exemplo, docentes manifestaram limitações de acesso e insuficiências no que se refere às competências para o uso de tecnologias de informação que condicionaram a boa e efetiva transição que viabilizaria a operação nas plataformas.

No caso dos estudantes, confrontam-se com a falta de estrutura mínima para aceder ao ensino baseado em tecnologias e plataformas digitais, com a falta de equipamentos básicos para o efeito e pontos de acesso ao sinal da internet em seus locais de residência. Como se percebe, é possível afirmar-se que o ensino superior tem estado a encarar enormes constrangimentos para garantir o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes e ao mesmo nível quando comparados os modelos de oferta ensino em sala de aula com os modelos condizentes ao ensino em meios digitais.

Face ao exposto, o presente estudo buscou entender as mudanças sucedidas nas práticas e rotinas institucionais no ensino superior face à crise da Covid-19, ressaltando os desafios do funcionamento do setor na conjuntura de pandemia em Moçambique. A intenção foi descortinar como o ensino superior tem estado a lidar com as imposições da crise pandémica, expondo de que forma o setor convive com a nova realidade adversa e quais as implicações no seu funcionamento.

Neste trabalho realizou-se uma digressão sobre algumas práticas que têm caracterizado a gestão do ensino superior em momento de enfrentamento da pandemia da Covid-19 na realidade moçambicana, por meio das quais pretendeu-se apresentar o

panorama vigente no setor. Para tanto, na pesquisa empreendida tomou-se como caminho de pesquisa a revisão bibliográfica de estudos anteriores que focalizaram a discussão referente às repercussões da pandemia no ensino superior pelo mundo e foram selecionados por apresentarem descrições sobre processos e práticas de ensino que visaram o enfrentamento do problema e a adequação dos cursos ao funcionamento utilizando recursos à distância. A ideia foi discorrer sobre as práticas que indicam a realização de mudanças similares às observadas no âmbito do funcionamento das IES moçambicanas.

A contribuição do trabalho está no aprofundamento do conhecimento já existente relativo a como têm funcionado as medidas contra a propagação da pandemia e sistematização das principais experiências do funcionamento do ensino superior diante das restrições impostas nos últimos dois anos no país. Nesse contexto, a pesquisa pretende reduzir a lacuna existente e incrementar a literatura nacional sobre a temática, visto que são ainda escassos trabalhos que exploram a perspectiva relacionada às implicações da pandemia para deslindar a conjuntura que caracteriza o setor de ensino superior na realidade moçambicana.

Este artigo é constituído fundamentalmente por cinco partes, sendo a primeira a presente introdução que se dedica a contextualização sobre o surgimento e a descoberta dos casos de Covid-19 no mundo em geral e em Moçambique em particular. Na segunda parte do trabalho realiza-se uma incursão sobre a problemática da pandemia e suas implicações no ensino superior, para a seguir na terceira expor-se os materiais e métodos que foram adotados no desenvolvimento da pesquisa. Na quarta parte apresenta-se as constatações do estudo focalizando-se as vantagens do uso dos meios digitais de ensino e desafios impostos às instituições de ensino durante o processo de retomada das aulas presenciais. Por fim, na quinta parte do trabalho são tecidas as considerações finais sobre o estudo.

2. A Pandemia e Dilemas do Ensino Superior (Internacional e Nacional)

O termo pandemia é de origem grega, do prefixo “*pan*” e “*demos*” de povo e usado pela primeira vez, por Platão na Grécia antiga. Segundo argumenta Resende (1998, p. 154), Platão associou o termo pandemia a qualquer acontecimento capaz de afetar todos os seres humanos. O sentido da palavra pandemia também foi usado por Aristóteles, sendo que Galeno relacionou a pandemia às doenças epidêmicas de grande propagação para o globo.

O autor comenta ainda que na modernidade, a pandemia passou a ser concebida como uma epidemia de grande vulto, que se propaga em muitas regiões do mundo. A gripe asiática, por exemplo, foi uma das pandemias mais faladas que provocou a morte de aproximadamente 20 milhões de pessoas no planeta terra.

E hoje, o mundo se depara com a ocorrência da pandemia Covid-19, denominação empregada pela OMS ao novo coronavírus, cuja descoberta ocorreu em dezembro de 2019 na cidade em Wuhan, província de Hubei na República Popular da China no continente asiático. A Covid-19 é uma doença causada pelo vírus, onde “*co*” significa

corona, “vi” quer dizer vírus, “d” de doença e “19” do ano em que a pandemia foi descoberta (MISAU, 2020, p. 10).

Com o aparecimento da pandemia os sistemas de educação foram severamente afetados levando a mudanças na forma de oferecimento dos serviços de educação bem como o encerramento de universidades e escolas em quase todo o mundo. Tal situação ocorreu porque se estimava que a introdução de períodos de quarentena possibilitaria a contenção da disseminação da doença e seu contínuo alastramento com consequências ainda maiores, sobretudo, causando mortes de um número elevado de pessoas. Alguns países que não seguiram pelo encerramento total dos estabelecimentos de ensino (Alemanha, Itália, Reino Unido, China e Austrália) procederam, de acordo com Gusso *et al.*, (2020) a alterações no calendário acadêmico e criaram iniciativas nas quais empresas podiam oferecer gratuitamente serviços (aulas) à população durante o período de quarentena.

Os autores mencionam, que outras ações envolveram a permanência de algumas escolas somente para filhos de trabalhadores em setores considerados essenciais e para crianças em situação de vulnerabilidade. Nessa linha de apoio às pessoas, houve ampliação de acesso público à internet e oferta de disciplinas ou cursos *online* por meio de plataformas geridas por instituições de ensino.

Como resultado das decisões que anunciaram a suspensão das aulas presenciais nas IES ao nível internacional surgiram diversas maneiras tidas como alternativas para a continuação da oferta do processo de ensino e cumprimento dos programas letivos. Gusso *et al.*, (2020, p. 4) falam em formas ou modelos tentativos de adaptação de sistemas digitais de ensino cuja implementação veio evidenciar mudanças interessantes na praxis de ensinar, mas também expuseram diversas dificuldades.

No que se refere aos problemas que emergiram, destacam-se os relacionados com: *a)* a falta de suporte psicológico a professores; *b)* a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em meios digitais); *c)* a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; *d)* o descontentamento dos estudantes; e *e)* o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias.

Em Moçambique, o Ministério da Saúde (MISAU) notificou o primeiro caso de coronavírus importado a 22 de março de 2020, na cidade capital Maputo. O caso de Covid-19 e a propagação no país fez com que o presidente da república anunciasse a suspensão por trinta dias de todas as atividades do ensino pré-primário ao superior em 23 de março, assim como de realização de eventos sociais com a participação de mais de cinquenta pessoas, cujas medidas foram plasmadas no Decreto n° 11/2020, de 30 de março, que instituiu o Estado de Emergência (posteriormente prorrogado pelo Decreto n° 12/2020, de 30 de abril).

No geral, as medidas emergenciais restritivas face à necessidade de contenção da propagação da Covid-19 afetaram todos os setores da vida socioeconômica do país, e no ensino superior incluíram dentre outras, a suspensão de aulas presenciais e encerramento de todas as instituições públicas e privadas em todo o território nacional. Essas medidas tiveram como finalidade prevenir situações de rápida transmissão e contaminação pelo vírus nos estabelecimentos de ensino (que são locais que observam geralmente maior aglomeração de pessoas).

E, devido a incerteza relativamente à possível ocorrência de novas contaminações pela Covid-19 e esgotamento dos limites constitucionais de prorrogação do Estado de Emergência, o governo de Moçambique viu-se obrigado a aprovar o Decreto n.º 79/2020, de 4 de setembro, que estabelece no país, a Situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho, por tempo indeterminado. Com a persistência da pandemia a situação de calamidade pública foi revista primeiro pelo Decreto n.º 1/2021, de 13 de janeiro, e por vezes sucessivas no decurso do ano de 2021. A finalidade de tais revisões foi de adaptar e ajustar as medidas restritivas necessárias conforme a evolução e ritmo das contaminações causadas pela doença.

Uma pesquisa realizada a quando da ocorrência de uma epidemia da gripe em Alberta, Canadá, no ano de 2009 revelou que a suspensão de aulas e o encerramento das instituições de ensino reduziu o contágio em cerca de cinquenta por cento e ajudou a superar a crise naquela região (Sanz; González e Capilla, 2020, p. 7). Entretanto, mesmo conscientes de tratar-se de realidade distante de Moçambique, o exemplo do canadense tem sido utilizado como uma referência para considerar que o encerramento de instituições de ensino e a suspensão de aulas presenciais é uma via para evitar aglomerações e contágios múltiplos nos recintos escolares, atualmente com a eclosão da Covid-19.

Apesar de a decisão presidencial pelo encerramento e suspensão de aulas presenciais no país ter produzido efeitos negativos para o setor de ensino, percebe-se que ela foi necessária face ao contexto emergente de crise sanitária. Com isso, em 2020 e 2021 o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) em Moçambique emitiu diversos comunicados com o intuito de exortar e orientar as instituições IES nacionais a observarem as medidas de prevenção da Covid-19. Às IES coube realizar a réplica sobre os cuidados e prevenção contra o vírus, publicando os comunicados para que os intervenientes cumprissem escrupulosamente as decisões emanadas.

As decisões face a conjuntura da pandemia se fundamentam em pressupostos técnicos e razões de índole social e econômica, que dão azo a medidas restritivas consideradas apropriadas ao contexto de degradação das condições sanitárias. Todavia, o que se tem observado são deficiências na forma como as IES têm feito a gestão das medidas emergenciais desde a sua decretação. Vezes há que não têm privilegiado relacionamentos e práticas de gestão da pandemia baseadas em articulações mais participativas ao contrário do privilégio da tomada de decisões verticais e não horizontais.

O MCTES emitiu um ofício em 21 de março, contendo as principais orientações às instituições de ensino sobre como deveriam passar a decorrer as atividades previstas no calendário acadêmico e em cumprimento das medidas governamentais adotadas para fazer face à situação de agravamento da saúde pública. A emissão desse documento governamental seguiu a realização de uma reunião entre as autoridades ministeriais e as entidades representativas e gestoras das IES, diga-se interferiu, nas rotinas e práticas usualmente verificadas na academia.

Como que buscando responder a tais medidas as IES embarcaram na adoção de iniciativas polêmicas por não terem prestado a devida atenção necessária para dar o seguimento às decisões tomadas. Era de se esperar que elas promovessem imediatamente

auscultações junto aos intervenientes diretos do processo do ensino e aprendizagem (gestores, técnicos, docentes e estudantes) com vista a se definir formas eficazes de cumprimento das medidas sem causar prejuízos como, aliás têm sido testemunhados no seu funcionamento.

Entende-se, assim, que a existência de diálogo e reflexão conjunta entre o ministério e as IES, e entre as IES e os estudantes e docentes quanto à gestão da Covid-19 constitui-se numa oportunidade para as partes interessadas realizarem a partilha das possíveis soluções e ajustamentos necessários na estrutura educacional durante e depois da pandemia. Esse tipo de articulação permitiria que as IES e os demais atores efetuassem uma avaliação conjunta e escolha de alternativas sobre os cenários de funcionamento das IES e formas de gestão da crise sanitária.

E, apesar de gozarem de autonomia pedagógica e administrativa as IES não tomaram o cuidado de reforçar o diálogo e aprofundar a reflexão no seio dos docentes e demais servidores, extensiva aos estudantes relativamente aos aspetos associados à suspensão das aulas presenciais, migração para o modelo de aulas suportadas por plataformas digitais, pagamento de mensalidades, reajuste do calendário académico, entre outros.

Vale sublinhar que a adaptação das IES para a modalidade de ensino baseado nos meios digitais representou uma mudança temporária na forma como decorre a oferta do ensino, ou seja, implicou como defendem Silus, Fonseca e Jesus (2020) uma nova forma de instrução caracterizada por ser uma entrega alternativa em decorrência da conjuntura de propagação do vírus.

O uso de meios de ensino digitais, como argumentam esses autores não se confunde com a chamada Educação a Distância (EAD), porquanto essa última, possui na sua forma de funcionamento, um conjunto de práticas e processos que lhe são próprios e apoiados em sistemas de ensino e aprendizagem diferentes das aplicadas no ensino presencial. Segundo Oliveira e Chaves (2020), apesar de considerar importante que os alunos interajam com os outros, com os recursos de instrução e com o professor, entretanto, a interação não representa a principal característica da instrução, mas deve estar disponível, comum e relevante.

Na mesma linha de entendimento Gusso *et al.*, (2020) consideram que embora essa modalidade também utilize frequentemente o ambiente *online* para o ensino das disciplinas curriculares, ela se diferencia do EAD em termos de características e possibilidades de implicações para a educação. A finalidade do ensino virtual é facultar recursos de ensino baseados em aulas remotas, que seriam ministradas presencialmente e temporariamente são oferecidas aos alunos por meios de plataformas *online*.

Portanto, a forma como o ministério que superintende o ensino superior e as IES encararam a implementação dos decretos governamentais sobre a prevenção da pandemia, pode ter contribuído para o surgimento de questionamentos e críticas relacionadas, por exemplo, à polémica sobre o pagamento ou não de mensalidade por parte dos estudantes, enquanto vigorasse o Estado de Emergência. Essa ausência de articulação em tempo útil, criou várias suspeitas e entendimentos do público segundo os quais as IES estariam migrando para um modelo de oferta de aulas no regime *online*,

durante o Estado de Emergência, com o objetivo de assegurarem unicamente a arrecadação de suas receitas.

Isso concorreu para o surgimento de reivindicações por parte dos estudantes e reclamações de pais e/ou encarregados de educação, com relação ao modelo de ensino ora oferecido. O argumento central da contestação ao pagamento das mensalidades se assentava na compreensão de que o contrato de ensino existente entre as IES e os estudantes havia sido celebrado no âmbito da oferta de aulas que seriam ministradas no formato presencial e não com recurso aos meios digitais, como passou a ocorrer logo a seguir à decretação das restrições. A crítica foi muitas vezes dirigida às condições de acesso (estrutura, meios e recursos) as aulas nos ambientes das plataformas digitais concebidas pelas IES visando a oferta de aulas.

3. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho classifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa visto que o problema que foi levantado orientou-se por uma investigação de cunho interpretativo (GIL, 2008). Foi realizado um estudo exploratório por tornar o problema mais familiar e explícito e descritivo dado que a preocupação central esteve associada à descrição das interfaces e ilustração das diferentes manifestações do objeto em investigação (RAUPP e BEUREN, 2012).

Quanto à metodologia usada para a realização deste estudo importa salientar que foi baseado em duas vertentes. A primeira delas envolveu a efetivação de uma pesquisa bibliográfica, especialmente de estudos anteriores sobre a temática. Para obter os artigos que foram utilizados como base, foi realizado um levantamento nos bancos de dados eletrônicos da Scielo e Google Acadêmico.

Através destes, recolheu-se informação relevante com a qual foi possível proceder com a descrição das experiências internacionais e nacionais que expressam as práticas adotadas para o funcionamento das IES no contexto da pandemia. Para a busca dos textos, foram informados os seguintes descritores: “Estado de emergência”, “ensino remoto”, “ensino híbrido”, “Covid-19”, “coronavírus”, “ensino superior”, e “meios digitais de ensino”, tendo sido considerados apenas trabalhos redigidos na língua portuguesa.

Buscando respostas à questão norteadora, foram adotados critérios de inclusão, considerando artigos cujo acesso ao periódico fosse livre aos textos completos, com utilização do idioma português, publicados e indexados nos anos de 2020 e 2021. Com isso foram selecionados 23 trabalhos considerados, após a leitura do resumo, de acordo com o tema constante nos objetivos do presente trabalho. Eles foram selecionados pelo fato de serem adequados ao objetivo do estudo e se constituírem como trabalhos relevantes que forneceram informação considerada importante para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda vertente da pesquisa se fundamentou na pesquisa documental, que envolveu a leitura de relatórios, manuais e boletins informativos elaborados pelo MISAU e referentes à temática em estudo, especificamente do Instituto Nacional de Saúde (INS) e da Direção Nacional de Saúde Pública (DNSP). A realização do trabalho também se

sustentou no conjunto de diretrizes-normativas (decretos governamentais) atinentes à instituição do Estado de Emergência e declaração de Situação de Calamidade Pública em Moçambique.

Conforme explicam Ludke e André (1986) a pesquisa de documentos apresenta-se como uma técnica de recolha de informação poderosa para a exploração de um problema ou fenômeno, e mostrou-se por isso valiosa. Ela permitiu desvelar aspetos novos sobre a temática da Covid-19 e espelhar as experiências do ensino superior face às limitações por ela impostas, além do fato de ter funcionado como complementar às informações obtidas pela pesquisa bibliográfica. Outra vantagem de seu uso foi que os documentos avaliados permitiram ter acesso a dados que evidenciam a problemática cuja obtenção se mostrou impraticável por outras fontes.

Para a operacionalização da análise empreendida utilizou-se o método de análise de conteúdo tanto para os textos quanto para os documentos pesquisados. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo é aplicável a esse tipo de fontes de dados mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das informações que são obtidas, possibilitando a interpretação e a inferência de conhecimentos relativos às condições e sentido das mesmas.

Assim, ela se destinou a encontrar significados dentro do conjunto de informações que foram sendo selecionadas e que ajudaram aos pesquisadores na descrição do fenômenos qualitativos obtidos. Enfim, a opção pelos caminhos investigativos anteriormente mencionados, justifica-se pelo fato de se terem mostrado adequados ao objetivo proposto, visto que possibilitaram não só a recolha de informações relevantes, mas também ajudaram na resposta ao problema de estudo identificado. Os resultados do estudo são apresentados na seção que se segue.

4. O Ensino Superior e o Enfrentamento à Pandemia da Covid-19

As respostas que os Estados têm buscado oferecer à situação de crise da pandemia da Covid-19, apesar de estarem pautadas no conjunto de orientações e pronunciamentos oficiais sobre a doença que são oriundos da OMS, elas tendem a variar de país para país e influenciadas por fatores distintos. Por isso, de acordo com Santos (2020), nenhum Estado pode disfarçar a sua falta de capacidade e de previsibilidade, em relação ao conjunto de problemas e respetivas consequências geradas por conta da situação de emergência que têm vindo a ser declarada.

É um fato que, os Estados, incluindo o de Moçambique, devem tomar medidas em função da sua realidade social e económica. Apesar de a OMS ter declarado a Covid-19 como emergência mundial, não significa que estes adotem medidas similares, pois, as consequências das decisões face a pandemia se diferem dependendo das realidades individuais dos países.

No ensino superior, a partir de abril de 2020 em meio à pressão social, restrições e confinamento impostos pela disseminação da pandemia, estudantes e pais manifestam incertezas sobre a continuidade da aprendizagem. Conforme assinalado por Oliveira e Chaves (2020), muitos professores também apresentam alegações diversas quanto à efetividade do sistema de ensino na conjuntura atual. Tais inquietações geradas pelas

medidas envolvendo a suspensão de aulas presenciais e migração para as aulas *online* em regime de confinamento, estão associadas como explicam Gusso *et al.*, (2020) às dificuldades e limitações demonstradas pelas IES para lidarem com elas, de maneira a promover durante a pandemia condições viáveis e seguras de trabalho e pedagógicas aos professores e aos estudantes.

Sobre o cenário da Covid-19 e seus efeitos, vários autores (FERREIRA, BRANCHI e SUGAHARA, 2020; BARBAS e MATOS, 2020; COSTA *et al.*, 2020 CASTIONI; MELO; NASCIMENTO e RAMOS, 2021) assinalam que ela gerou problemas graves nas IES. Tal teria ocorrido uma vez que as IES demonstraram quando do seu surgimento que não estavam preparadas para implementação de soluções adaptadas às exigências do momento, ou seja, elas não estavam organizadas para a aplicação e utilização de tecnologias digitais. E muitas delas em contextos como os de países com índices de desenvolvimento ainda baixíssimos como Moçambique, várias universidades não possuíam qualquer mecanismo interno que assegurasse o processo de ensino e aprendizagem no ambiente remoto ou plataforma já em uso.

De acordo com Gusso *et al.*, (2020) existem ao nível internacional algumas (em número reduzido) IES que possuíam ferramentas tecnológicas antes mesmo da pandemia e poucas que já tinham sistemas de ensino híbridos em suas atividades presenciais. Portanto, as medidas governamentais que anunciaram a suspensão das atividades presenciais, propiciaram o início de uma corrida em busca de soluções alternativas para a continuidade da oferta de aulas aos estudantes. Para não gerar prejuízos ainda maiores, as universidades precisaram de encontrar caminhos no sentido de fazer cumprir, de certa medida, os seus calendários acadêmicos.

No seguimento da busca das referidas soluções, algumas ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o uso no ensino, ganharam visibilidade passando a ser utilizadas como formas alternativas de substituição da tradicional sala de aula, isto é, elas passaram a ser os lugares principais nos quais os professores e estudantes efetivam as suas atividades (BARBAS e MATOS, 2020). Isso implicou uma mudança nas formas e práticas clássicas de ensino fundadas na sala de aula como meio e o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem para o uso de telas digitais como meio principal.

E da necessidade de lidar com a situação de emergência que provocara o encerramento das instituições de ensino, conforme argumentam Silus, Fonseca e Jesus (2020) surgiram muitos constrangimentos no processo de ensino em todo o mundo. Dentre eles, destacam-se: a harmonização do relacionamento entre estudantes e professores; o uso excessivo da tecnologia como ferramenta de comunicação para o ensino e aprendizagem sem o preparo necessário dos intervenientes; a dificuldade de professores e estudantes com o uso das TIC; a condição socioeconômica e disponibilidade de recursos e equipamentos ao nível dos docentes, discentes, famílias e sociedade.

Sobre isso, no que se refere à sua real preparação e capacidade de implementação das mudanças pretendidas para o enfrentamento da situação sanitária de coronavírus no ensino superior, é importante formular questionamentos, tais como: as universidades estavam preparadas para implementação de TIC nas suas atividades letivas? Os

professores estavam preparados para ensinar por meio das tecnologias digitais? Os estudantes além do acesso a internet, possuíam habilidades para aprender pela via das telas digitais? As práticas pedagógicas docentes utilizadas na modalidade presencial, poderiam continuar da mesma forma na realização do ensino remoto? Esse conjunto de questionamentos contextualiza as diferentes transformações provocadas pela pandemia da Covid-19, especialmente no ensino superior, que a nossa pesquisa em andamento busca discutir.

No período de restrições, o ministério que superintende o ensino superior em Moçambique, se esforçou para disponibilizar uma solução que se pretendeu que fosse inclusiva e abrangente na sua aplicação como plataforma digital de ensino e aprendizagem. Para tanto, o MCTES após estabelecer negociações com as empresas operadoras de telefonia móvel que operam no país, conseguiu firmar um acordo que possibilitou o acesso gratuito à internet como forma de viabilizar a utilização da plataforma ora criada permitindo, de certo modo, a continuidade do cumprimento do calendário acadêmico.

Essa foi uma estratégia interessante que visou garantir que tanto os estudantes quanto os professores em confinamento pudessem participar conjuntamente nas aulas, durante o regime de Estado de Emergência. Não há dúvida, como foi anteriormente exposto, que o ensino *online* constitui uma alternativa face a suspensão das aulas presenciais. No entanto, o fato de os professores terem passado repentinamente a adotar o uso de telas digitais, sem que tivessem beneficiado de formações especializadas em matéria de tecnologias e metodologias digitais produziu consequências importantes para o funcionamento do setor.

É preciso lembrar, que na realidade nacional, durante o período anterior ao surgimento da pandemia, em que as aulas presenciais decorriam normalmente as IES, especialmente as públicas já encaravam problemas quanto a disponibilidade de meios e recursos técnicos e tecnológicos (computadores, tabletes e acesso a internet) para a realização de aulas. Como referem Costa *et al.*, (2020, p. 3) a abrupta interrupção das atividades sob o regime de aulas presenciais gera impactos a curto, médio e longo prazos, especialmente, nas populações socioeconomicamente vulneráveis que são as mais afetadas tendo como reflexos a acentuação das desigualdades sociais para o acesso à bens e serviços essenciais.

Ferreira, Branchi e Sugahara (2020) também partilham desse entendimento ao afirmarem que, com a implementação repentina dos meios digitais no ensino superior, muitos estudantes e professores com reduzida ou mesmo sem qualquer preparação ampliou as desigualdades que marcam o setor. A falta de domínio das TIC por parte desses intervenientes, operou como fator decisivo para a exclusão observada, sobretudo no início da pandemia quanto à capacidade e habilidade de uso de ferramentas digitais, concorrendo para a problemática da inclusão *versus* exclusão educativa digital há muito existente.

Além disso, na realidade de Moçambique existem assimetrias de ordem social como expuseram Silva, Monié e Mulhaisse (2020) e ao nível das regiões em que as IES estão implantadas (incluindo condições socioeconômicas dos estudantes), o que interfere na sua capacidade de materialização do modelo de ensino de base digital. Por exemplo,

os estudantes e docentes das IES sedeadas na capital do país e nas capitais provinciais se encontram em relativa vantagem quanto à possibilidade de acesso aos recursos tecnológicos, comparativamente aos estudantes e docentes das IES que atuam em outras regiões do interior do país.

Na visão de Gortázar *apud* Sanz, González e Capilla (2020, p. 17), a situação das desigualdades no acesso aos recursos tecnológicos em casa aumentará as diferenças no processo de aprendizagem, a cada dia de restrição e confinamento social, enquanto vigorarem medidas emergenciais e restritivas ao ensino presencial. Com o exposto, compreende-se que o funcionamento das IES precisa de ser melhor organizado e estruturado para apresentar os significados de aprendizagem requeridos e desejados no contexto da utilização das ferramentas digitais, o que implica que deve possuir condições apropriadas.

De acordo com Silus, Fonseca e Jesus (2020, p. 1-2) no contexto de atuação em situação de emergência, tanto os professores quanto os gestores no nível do ensino superior intentaram no geral formas de adaptação das IES, e em particular de adequação do conjunto de seus planos de atividades, metodologias e conteúdos com o intuito de acolherem as novas práticas de ensino na modalidade remota. Como já referido anteriormente, essa nova postura imposta às instituições de ensino além de revelar desafios na reestruturação de suas práticas, promove a necessidade de investimento na preparação dos seus quadros de docentes, aspetos que se mostram cruciais para garantir a eficácia, a qualidade da ação e produções sociais que envolvem o processo de ensino em causa.

Seguindo esse entendimento, na realidade moçambicana, pode-se asseverar que o uso de plataformas digitais se mostra ideal e necessário. Porém, é importante frisar que o ensino por meio das tecnologias e plataformas digitais não garante a inclusão, equidade nem igualdade na aprendizagem. Por exemplo, não há como realizar aulas com componente prática e laboratorial por via de plataformas digitais. Cursos como os da área de engenharias, saúde e outros, que exigem habilidades clínicas ou laboratórios físicos e não simulados para a realização de aulas práticas ou experimentais, que já possuíam limitações em termos de equipamentos e insumos antes mesmo do período da pandemia, viram as condições de seu funcionamento piorarem.

Nesse contexto, percebe-se que impossibilitadas de prosseguirem com as atividades previstas em seus programas acadêmicos mediante a adoção de meios digitais, tais cursos foram de certo modo excluídos pela introdução de novas soluções digitais em contexto da crise sanitária. Como afirmam Costa *et al.*, (2020) é no campo prático que os estudantes desenvolvem suas habilidades especializadas essenciais para a sua aprendizagem e com qualidade. As plataformas digitais ora adotadas representam uma modalidade alternativa ao ensino em tempos de ocorrência da pandemia, no entanto sem uma inserção no cenário prático, não possibilitando a vivência do futuro profissional nesse ambiente educativo, constituem-se assim como lacunas no processo de formação no ensino superior.

Resumidamente, em relação ao uso de plataformas digitais na aprendizagem dos estudantes face ao coronavírus a UNESCO (2020) vinca três medidas sobre as quais as instituições voltadas à educação deveriam refletir e adotar, sem descurar, contudo, a sua

realidade, condições e contexto. São elas: a lecionação com recurso as aulas *online*; a escolha das melhores tecnologias para a instituição de ensino de acordo com o sistema de comunicação da sua área e a capacidade tecnológica de seus professores e discentes. Segundo a organização, no ensino/aprendizagem *online* é imperioso que se assegure que os programas sejam inclusivos a todos os estudantes.

4.1 As Vantagens do Ensino Utilizando Meios Digitais

O ensino baseado em meios digitais trouxe à tona várias deficiências que os sistemas de ensino superior em diversos países do mundo inteiro possuem. Particularmente, no processo de implementação de soluções digitais adotadas, problemas como a preparação dos intervenientes do ensino superior (docentes, estudantes e gestores universitários), a fraca cultura digital nos cursos oferecidos, a reduzida ou inexistente estrutura para o funcionamento dessas ferramentas são apontadas como os principais aspetos que devem ser considerados.

Além disso vale pontuar que na grande maioria dos casos em que as IES pautaram pela aplicação dos meios digitais em suas atividades de ensino, a seguir a expansão da crise sanitária da pandemia, tal não ocorreu mediante a realização da necessária transposição didática para aquelas tecnologias. Portanto, o seu uso ocorreu de forma simplesmente instrumental, aliás como foi já salientado muitas vezes como justificativa para que a oferta do serviço não fosse severamente afetada.

Embora isso, e os problemas decorrentes do surgimento da pandemia de Covid-19, existem vantagens do uso das TIC no processo de ensino e aprendizagem baseado nos meios digitais. Como vantagens destaca-se que eles possibilitam reformular as práticas pedagógicas, maximizar as ferramentas tecnológicas em favor do ensino, construir os programas, redes e mídias que permitem a integração dos estudantes com professores em redes de aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem. Dessa maneira, inseridos no contexto das IES, os meios digitais permitem dar continuidade das ações do ensino superior, na realidade de isolamento social.

Além de possibilitarem o ensino virtual por meio de imersão dos estudantes e professores na modalidade *e-learning* (ensino eletrônico apoiado em tecnologias digitais), as TIC também introduzem seus participantes (praticantes do uso) a chamada aprendizagem digital. A aprendizagem digital é compreendida de acordo com Barbas e Matos (2020) como o conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias para atuar com dispositivos eletrônicos, incluindo a compreensão de alguns comandos, tais como: salvar e enviar um documento via rede, além do entendimento de algumas interfaces de computadores e dispositivos móveis.

Nessa perspectiva, Santos Júnior e Monteiro (2020) apresentam como vantagem do ensino virtual a possibilidade de realizar aulas por meio de videoaulas, videoconferências e *lives*, com aplicativos de ferramenta síncrona, tais como: *Skype*, *WhatsApp*, *Google Meet*, *Zoom*, *Instagram*, entre outros. Além disso, permite a flexibilização dos lugares em que ocorre o ensino, portanto, a substituição das salas de aulas por uma ferramenta assíncrona, isto é, plataformas de aprendizagem como: *Moodle*, *Microsoft Teams* e *Google Classroom*.

O uso de meios digitais associados a esse conjunto de programas tende a gerar ganhos importantes no ensino superior. Um dos pontos positivos e significativos de vantagem assinalados por Oliveira e Chaves (2020) está associado ao fato de num momento em que a sociedade se vê a braços impossibilitada de realizar deslocamentos por conta da pandemia, eles permitem a economia de tempo. Especialmente, eles consentem que os estudantes e professores tenham a possibilidade de criar novas formas de relacionamento consideradas mais dinâmicas elevando as chances de maior troca de informações e experiências acadêmicas.

Os meios digitais favorecem a realização de trabalhos individuais e em grupos, um ensino colaborativo segundo o explicitado por Uacane e Pego (2021), promovendo a inclusão e participação de mais pessoas nos debates e fóruns, entre outras formas de tornar a aprendizagem mais significativa. De acordo com esse entendimento, as soluções digitais síncrona e assíncrona operam como plataformas de aprendizagem nas quais professores e estudantes vivenciam o trabalho pedagógico de forma diferente que se permite transcender os limites de espaço-tempo da aula convencional.

Outro aspecto importante de ser mencionado quanto às vantagens de uso dos meios digitais no ensino superior, é a possibilidade de realização da prática do chamado ensino híbrido. Este último é a metodologia que combina práticas de aprendizagem *online* com formas *offline*, em modelos que combinam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, e paralelamente nas respectivas instituições de ensino, em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a tradicional interação que ocorre entre aluno e professor.

Nessa nova modalidade, os professores podem trabalhar três estratégias metodológicas diferentes: o ensino híbrido, a sala de aula invertida e as práticas de gamificação, uma vez que, estas abordagens organizam níveis de aprendizagem promovendo a autonomia dos estudantes e a interação destes com os docentes. Tais práticas têm potenciais êxitos, principalmente quando se adota o ensino remoto, visto que como os estudantes ainda não estavam adaptados a aprendizagem *online*, estas práticas metodológicas tendem a ser altamente engajadoras.

O ensino baseado nas TIC possibilita que a aprendizagem seja centrada no estudante e não no professor. De acordo com Oliveira e Chaves (2020), elas permitem um novo conceito de ensino na qual a experiência do estudante no processo de aprendizagem é valorizada tornando-o mais ativo e um ator principal e independente e no tempo que é o mais adequado. Dessa maneira, aumenta a responsabilidade pela aprendizagem por parte dos estudantes, e o uso de métodos que incidem sobre eles, incorporando assim a interatividade que tende a demonstrar ser mais bem-sucedida nessa empreitada.

Enfim, pode-se afirmar de forma resumida, que as novas rotinas de trabalho pedagógico implicadas na modalidade de ensino digital podem muito bem unir a realidade cotidiana do ensino presencial com o acréscimo de um ensino *online* que pode ser desenvolvido por meio das plataformas especializadas. Na sua essência, o uso de tecnologias no ensino superior amplia as escolhas de estratégias que podem ser utilizadas pelas universidades, elevando as chances de abertura de novas possibilidades para o enriquecimento dos conhecimentos.

4.2 O Cenário e Desafio da Retomada das Aulas Presenciais

No ensino superior em Moçambique, após a propagação da doença provocada pelo coronavírus, e da decisão de encerramento em abril de 2020 em razão da situação de emergência decretada pelo governo central, as aulas retomaram nas universidades, principalmente as públicas de forma presencial primeiramente no início do mês de fevereiro do ano 2021, tendo em vista a conclusão do segundo semestre/período (correspondente ao ano acadêmico de 2020).

Em finais de junho, deu-se início ao primeiro semestre/período do ano acadêmico de 2021 (com previsão de duração de apenas doze a catorze semanas, contrariamente às habituais dezasseis semanas que têm sido previstas no calendário acadêmico normal, sem a Covid-19). No entanto, apesar de reduções significativas no número de contaminações diárias observadas no pico do período que compreendeu as duas primeiras vagas de infeções (ocorridas em setembro de 2020 e de janeiro de 2021), a pandemia persiste e o número de contágios voltou a crescer a partir dos finais do mês de junho.

A tendência é que a capital do país (Maputo) com maior número de casos e todas as dez províncias do país registrem subidas significativas de casos com a chegada da terceira vaga, enquanto o processo de imunização não for completado. Até 25 de julho de 2021 apenas 3% da população elegível (de um total de 28 milhões de habitantes) havia tomado a primeira e segunda dose dos imunizantes disponíveis no país. A previsão apresentada pelo Ministério da Saúde (MISAU) é de que até o mês de setembro 20% da população do país esteja vacinada. O governo prevê ainda disponibilizar onze milhões de imunizantes até o final do presente ano.

Diante desse cenário, e com o ritmo de contaminações ocorrendo de forma rápida, as palavras de ordem emanadas diariamente pelo MISAU enfatizam as indicações básicas amplamente conhecidas sobre a importância do confinamento social, distanciamento social, uso de máscaras em locais públicos, lavagem frequente das mãos com água e sabão e quarentena.

Como se pode compreender, a retomada às aulas presenciais no ensino superior tem-se evidenciado desafiadora, dado a incerteza causada não só pelo surgimento de novas variantes do vírus causador da doença, mas também por não se tratar de atuação num período normal sem a existência da pandemia. E, no processo de retomada às aulas presenciais, a observância dos protocolos de saúde e higiene tem sido grande preocupação levantada, quanto a segurança dos estudantes, docentes, pessoal não docente e gestores das IES.

Particularmente, comentando sobre a retomada presencial do ensino nas universidades, Costa *et al.*, (2020) afirmam que existe um dilema quando se pensa nessa possibilidade na medida que os estudantes se apresentam como potenciais transmissores do vírus da pandemia e com alta vulnerabilidade à contaminação. Nessa perspectiva, alega-se a importância do exame sobre os riscos relacionados à reabertura das instituições de ensino, apesar de não existirem ainda ao nível mundial dados mais apurados que evidenciam a existência de infeções associadas às IES.

Por sua vez, Gusso *et al.*, (2020, p. 3) ao fazerem alusão aos desafios da retomada das aulas no ensino superior explicitam que ao nível das universidades, departamentos

acadêmicos e cursos universitários será preciso adequar as suas formas de estar e práticas de gestão universitária. O referido reposicionamento institucional e organizativo se justifica como forma de reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação no nível superior com a requerida qualidade, e sem descuidar as medidas de segurança.

Os autores asseveram ainda que compete às instâncias deliberativas das IES apresentar decisões fundamentais que subsidiarão as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas e demais atividades. Tal processo implicará a realização de ajustes a serem feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência sanitária provocada pela Covid-19.

Entende-se, que a postura que envolve o distanciamento social e a prática de cuidados de higiene da comunidade acadêmica são grandes desafios: o uso de máscaras por todos (estudantes, pessoal não docente, docentes e gestores) durante a sua permanência no ambiente acadêmico; a disponibilização de álcool em gel nas salas de aulas e em todos locais estratégicos no recinto institucional; a limpeza efetiva em todas superfícies tocadas e espaços públicos, no meio acadêmico. Portanto, os desafios são maiores e complexos para evitar que as IES não sejam a fonte de contaminação ou propagação de Covid-19.

Existe, pois, uma necessidade de mudança cultural nas IES contemplando as novas formas de envolvimento com a atividade pedagógica. É preciso, de acordo com Oliveira e Chaves (2020) que elas transponham barreiras há muito conhecidas e relacionadas com a cultura organizacional com vista a lidarem com: resistência organizacional à mudança; falta de planejamento estratégico para o ensino a distância; lentidão no ritmo de implementação; e por fim, a dificuldade em acompanhar as mudanças tecnológicas.

Aliado a esses aspectos os autores citam a necessidade de ao nível das instituições ser ultrapassada a relutância no envolvimento no ensino baseado nos meios digitais, decorrente da falta de treinamento dos professores, assim como a resolução de problemas de natureza técnica que se verificam. Como se pode perceber, esse contexto exige que os professores sejam mais dinâmicos e atualizados para que possam manter o interesse em suas aulas.

Outrossim, muito além também do treinamento dos professores, é importante se pensar acerca da atitude dos estudantes frente ao uso das TIC, as mudanças educacionais, já anunciavam mesmo antes da pandemia, a necessidade de um novo olhar para o processo de aprendizagem apoiado nesses recursos. As formas de as IES promoverem o ensino estão inseridas nas novas ações da realidade contemporânea que se tem da sociedade bem como o perfil dos novos estudantes, os quais se tornaram produtores de informação e conhecimento e, querem participar e compartilhar constantemente tudo o que estão vivenciando. E, no uso massivo dos meios digitais de ensino é fulcral de acordo com Oliveira e Chaves (2020, p. 52) que o estudante seja encarado como ele principal entre os sistemas que são criados e o conhecimento propriamente dito. Equivale afirmar que o estudante precisa de ser visto como a peça-chave que condiciona o desenho e a implementação das experiências de ensino *online*, porque só assim é que as IES poderão

oferecer práticas de ensino mais abrangentes e que envolvam a todos (sobretudo se for pensado o quesito da localização urbana ou rural dos estudantes).

Em suma, esse conjunto de desafios exige que as IES possuam melhores sistemas de organização e planejamento para enfrentarem a retomada às aulas presenciais. Para que as IES assegurem um processo de retomada de suas atividades acadêmicas de maneira mais segura, é necessário que elas estejam bem informadas sobre a doença, suas consequências de curto, médio e longo prazos, e como melhor combatê-la. Requer ainda que elas consigam lidar com a escassez de recursos financeiros e materiais, sobre os quais o governo deve prestar maior atenção e oferecer apoio orçamental, sobretudo às IES públicas.

5. A Guisa de Conclusão

O presente trabalho visou entender as mudanças sucedidas nas práticas e rotinas institucionais no ensino superior face à crise da Covid-19, ressaltando os desafios do funcionamento do setor na conjuntura de pandemia em Moçambique. A doença do coronavírus gera resultados prejudiciais para o setor no mundo inteiro. E na realidade nacional de Moçambique, desde 22 de março de 2020, (data em que foi diagnosticado o primeiro caso de coronavírus), foram contabilizadas até finais de julho de 2021 pouco mais de 122.028 casos confirmados de contaminação pelo vírus em todo o território nacional, originando a morte de cerca de 1.434 pessoas entre idosos, jovens e até crianças.

Essa conjuntura sanitária gera incerteza preocupando a sociedade, especialmente a academia (estabelecimentos de ensino têm sido encerrados e reabertos de forma recorrente). Como foi salientado, no ensino superior, após a propagação da doença as aulas retomaram nas universidades públicas de forma presencial primeiramente em fevereiro para a conclusão do segundo semestre/período (correspondente ao ano acadêmico de 2020). Em julho, deu-se início ao primeiro semestre/período do ano acadêmico de 2021 (com previsão de duração de apenas doze a catorze semanas, contrariamente às habituais dezasseis semanas previstas no calendário acadêmico normal, sem a Covid-19).

Não obstante a recente onda de utilização em massa de plataformas digitais no ensino superior configurar de certo modo uma inovação nas atividades acadêmicas face à Covid-19, ela exige muito dos professores. Como foi evidenciado, o sentido de ensinar mudou profundamente desde o início de 2020. Passou a ser uma tarefa na qual deve-se buscar uma melhoria contínua nas práticas atualmente em voga. O professor precisa de aprimorar todo o processo de planejamento e implementação do ensino frente aos estudantes, o que implica a busca por novas metodologias especialmente as que estimulem a aprendizagem no quadro da crise sanitária da Covid-19.

Atuando assim, o uso das TIC permitirá a capitalização do ensino centrado no estudante, a aproximação humanizada aos estudantes, na busca por influenciar e motivá-los ao aprendizado, a reformulação das avaliações; e por fim o permanente compromisso de formação continuada docente. Para tanto, entende-se que a formação dos professores é importante para que adquiram as competências didáticas frente às TIC, as quais devem

estar ligadas a atitude do professor no que diz respeito aos métodos: pedagógicos e disciplinares; as formas de: comunicação, investigação e avaliação; e as técnicas e tecnologias.

Pode-se concluir após as descrições efetuadas que as diferentes ferramentas e meios digitais aplicáveis ao ensino superior, que existe um propósito fundamental que se relaciona com a oferta de uma experiência de ensino-aprendizagem por meio delas, que seja valiosa tanto para os estudantes beneficiários das aulas online quanto para o professor que atua como facilitador. Vale pontuar, que as referidas experiências de aprendizagem não seriam possíveis não fosse a utilização das tecnologias e plataformas no ensino universitário.

Por isso, perante a crise da pandemia de coronavírus, há lições a aprender. Primeiro que a pandemia da Covid-19 deve servir de aprendizado quanto a necessidade de mudança na forma de ser e estar das IES, abandonando o paradigma tradicionalista voltado exclusivamente a oferta de aulas presenciais. É preciso que de forma urgente e com a devida responsabilidade assumam o ensino *online* (com o uso de plataformas digitais), como modelo efetivo-complementar (adotado no dia-a-dia no processo de ensino e aprendizagem) e não apenas uma alternativa emergencial típica da era da pandemia.

Desde já, significa que as IES e com apoio das estruturas governamentais, devem privilegiar em seus planos de ação e orçamentos a realização de investimentos em infraestruturas e recursos tecnológicos melhor adaptados às exigências do ensino superior na atualidade. Segundo, que nenhuma política pública educacional deve ser implementada sem um efetivo envolvimento e auscultação dos principais atores. Isso é fundamental para se perceber e compreender que sentimento os intervenientes diretos no processo de ensino-aprendizagem, especialmente os estudantes e o pessoal docente das IES têm acerca do assunto objeto da política.

Finalmente, considerando que a pandemia continua sendo uma incerteza com impactos significativos nos diferentes setores, as IES são desafiadas a sobreviver lidando eficazmente com os efeitos da crise sanitária. Especialmente, elas devem reconhecer que novos fenômenos causados pelas soluções digitais que têm sido adotadas, em muitos casos agravam as desigualdades sociais que caracterizam o país e geram dificuldades no seio dos estudantes usuários. Prestar a devida atenção a esses empecilhos constitui-se num imperativo organizacional importante, sob a pena de exacerbarem problemas já conhecidos e com implicações diretas na qualidade do ensino e preparação acadêmica e técnica dos estudantes.

Referências

BARBAS, M.; MATOS, P. Uma experiência em ensino superior: a unidade curricular de relações laborais antes e durante a pandemia Covid-19. **Revista da UI_IPSantarém**, v. 8, n. 2, p. 57-68, 2020. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CASTIONI, R.; MELO, A.; NASCIMENTO, P.; RAMOS, D. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 111, p. 399-419, abr./jun. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903108>

COSTA, R. *et al.* Ensino de enfermagem em tempos de COVID-19: como se reinventar nesse contexto? **Texto Contexto Enfermagem**. v. 29, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0002>

FEREIRA, D.; BRANCHI, B.; SUGAHARA, C. Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.), dezembro, p. 202-28, 2020.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª ed. 2008.

GUSSO, H.; *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc., Campinas**, v. 41, e238957, p. 1-27, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.238957>

JUNIOR, V.; MONTEIRO, J. Educação e Covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade** - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 1-15, jan./dez. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0011>

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Sao Paulo. EPU, 1986.

MISAU. **Boletim diário Covid-19**: Instituto Nacional de Saúde: Maputo, nº 497, 2021.

MISAU. **Manual de prevenção Covid-19**. Direção Nacional de Saúde Pública: Maputo, 2020.

MISAU. **Comunicado de imprensa**: atualização da informação sobre a Covid-19 no País: Maputo, 2021.

NEGRI, F.; KOELLER, P. Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19. **Nota Técnica**, IPEA, Brasília, n. 64, p. 07-17, 2020.

NEVES, V.; ASSIS, V.; SABINO, R. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: estado da arte. **Rev. Pemo, Fortaleza**, v. 3, n. 2, e325271, 2021. Doi: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.5271>

OLIVEIRA, W.; CHAVES, S. Os desafios da gestão do ensino superior durante a pandemia da covid-19: uma revisão bibliográfica. **Revista de Saúde-RSF Brasília**, v. 7, n. 2, Edição Especial – Covid-19, p. 40-58, 2020.

RAUPP, F.; BEUREN, I. **Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais**. São Paulo 3. ed.: Atlas, 2012.

RESENDE, J. Epidemia, endemia, pandemia e epidemiologia. **Revista de Patologia Tropical**. v. 27. Goiana, 1998.

SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almada: Coimbra, 2020.

SANZ, I.; GONZÁLEZ, J.; CAPILLA, A. Efectos de la crisis del coronavirus en la educación. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Área de Educación Superior, Ciencia y ETP. Bravo Murillo,38 -28015: Madrid, 2020. Acesso em 22 de Maio de 2020, Disponível em: <https://www.flacsi.net/wp-content/uploads/2020/04/EFFECTOS-DE-LA-CRISIS-DEL-CORONAVIRUS-EN-EDUCACION.pdf>

SILUS, A.; FONSECA, A.; JESUS, D. Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e5336, dezembro 2020. Doi: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5336>

SILVA, C.; MONIÉ, F.; MULHAISSE, R. Pandemia de coronavírus/Covid-19 em Moçambique: desafios de reflexão sobre os contextos territoriais e socioeconômicos da política de saúde. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoescolares**, v. 11, p. 674-690, Enero-Diciembre, 2020.

UACANE, M.; PEGO, A. As tecnologias de informação e comunicação no contexto do ensino superior em Moçambique no período Covid-19. Análise de um estudo de caso. **RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem-Estar**. v. V, n. 2, jul-dez, p.14-127, 2021.

UNESCO. COVID-19 Impact on Education. 2020. Acesso em 05 de maio de 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>

Legislação

Decreto nº 11/2020, de 30 de março, referente à declaração do Estado de Emergência em Moçambique.

Decreto nº 12/2020, de 30 de abril, referente à prorrogação o Estado de Emergência em Moçambique.

Decreto nº 79/2020 de 4 de setembro, referente à declaração da Situação da Calamidade Pública e Ativa o Alerta Vermelho em Moçambique.

Decreto nº 1/2021, de 13 de janeiro, referente à revisão das medidas para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública e revoga o Decreto nº 110/2020, de 18 de dezembro.

Decreto nº 2/2021, de 04 de fevereiro, referente à revisão das medidas para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19 enquanto durar a situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho em Moçambique.